

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.004 - SP (2019/0300756-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : GISLEINE APARECIDA DOS SANTOS CONDE
ADVOGADO : GISLEINE APARECIDA DOS SANTOS CONDE - SP226058
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCELO DA SILVA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCELO DA SILVA JUNIOR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem no HC n.º 2179226-67.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente teve sua prisão preventiva decretada pelo Juízo de primeiro grau, em 02/08/2019, em razão da representação formulada pela Autoridade Policial de Boa Esperança do Sul, com base em relatório de investigação, em que se apuraram "*crimes extremamente graves, dentre eles o tráfico de drogas, associação para o tráfico e associação criminosa*" (fl. 21), e, ademais, "*apurou-se o envolvimento de diversos indivíduos como membros da facção criminosa denominada 'PCC', bem como pode-se identificar suas funções, sua hierarquia e divisão de tarefas*" (*ibidem*).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou a ordem em acórdão acostado às fls. 9-16, que foi assim ementado:

"Habeas Corpus. *Tráfico ilícito de drogas, associação para o tráfico de drogas e organização criminosa. Impetração buscando a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP. Presença dos pressupostos da prisão processual. Imprescindibilidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.*"

Neste *writ*, alega a Impetrante, em suma, que não estão preenchidos os requisitos autorizadores da medida extrema e que são inidôneos os fundamentos utilizados para a decretação da custódia provisória.

Destaca que o Paciente possui ocupação lícita e reside no distrito da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do

Superior Tribunal de Justiça

Paciente.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente do que consignou o Tribunal de origem ao ratificar o decreto prisional em desfavor do Paciente (fls. 9-16; sem grifos no original):

"Consta dos autos que o inquérito policial de nº 1500157-93.2019.8.26.0498 foi instaurado a partir do conteúdo das gravações da interceptação telefônica deferida nos autos da medida cautelar nº 000433-04.2019, preliminarmente para apuração do tráfico de drogas praticado, inicialmente, por Fred de Souza, que contava com a ajuda de adolescentes e outros indivíduos.

Com o decorrer das investigações policiais, apurou-se o envolvimento de diversos indivíduos como membros da facção criminosa denominada 'PCC', bem como foi possível identificar suas funções, sua hierarquia e divisão de tarefas.

A partir da análise dos autos, em especial ao relatório de investigação, degravação da interceptação telefônica e imagens obtidas em campanhas e outros elementos de cognição, verificou-se que há indícios suficientes de autoria e prova da existência dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas e associação criminosa, praticados pelo paciente e diversos outros investigados.

A autoridade apontada como coatora informou que foi apurado, através da interceptação telefônica, que o paciente seria integrante do 'PCC', com função de soldado. Igualmente, revelou que o mesmo estaria envolvido na venda de entorpecentes.

Constam das informações prestadas pela autoridade impetrada que, nos diálogos interceptados, Cristiane (Alerquina), intitulada como disciplina na cidade, exige que Luan (outro integrante da organização) apresente testemunhas que comprovem os fatos a ele atribuídos. Nos diálogos, Cristiane menciona que integrantes da facção da cidade vizinha São Carlos executariam a sentença dos julgados.

Segundo as informações prestadas, a sequência de fatos é narrada com riqueza de detalhes, englobando desde a conferência do caso até o sequestro das vítimas.

A vítima Paulo Sérgio teria sido conduzido sob ameaça até a casa de Cristiane pelo paciente e por outro soldado da facção. Contudo, por conta da intervenção de uma viatura da equipe da Polícia Militar, a ação foi frustrada.

Consta, ainda, nas informações prestadas, que, após meses de diligências interceptação telefônica, campanhas, depoimentos a autoridade policial representou pela prisão preventiva dos investigados e expedição

Superior Tribunal de Justiça

de mandados de busca e apreensão domiciliar.

A autoridade impetrada esclareceu que a representação formulada pela autoridade policial foi acolhida, visto que presentes os requisitos e pressupostos da prisão preventiva, bem como por haver provas da materialidade e indícios suficientes de autoria, além do fato de as investigações já estarem em fase avançada, restando somente o cumprimento de buscas e apreensões domiciliares e os interrogatórios dos investigados. Portanto, explica que o inquérito policial estava então muito próximo de ser relatado.

Ademais, apontou que a prisão preventiva do paciente foi decretada para resguardar a ordem pública, em especial diante da gravidade concreta dos delitos investigados (tráfico de drogas, associação para o tráfico e organização criminosa).

Por fim, explicou que os autos se encontram com prazo para a autoridade policial relatar o inquérito policial, razão pela qual ainda não houve oferecimento de denúncia.

Na decisão de fls. 17/21, o juízo a quo ressaltou que o paciente foi processado e condenado pela prática de ato infracional equiparado a roubo, crime de extrema gravidade, envolvendo grave ameaça à pessoa. Apontou, no decisum, que foi aplicada ao paciente medida socioeducativa de liberdade assistida, a qual se revelou ineficaz para corrigir sua personalidade voltada à prática delitiva."

Como se percebe, os fundamentos da prisão cautelar não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, tendo em vista **a gravidade concreta da conduta e o risco de reiteração delitiva**, sobretudo porque "*verificou-se que há indícios suficientes de autoria e prova da existência dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico de drogas e associação criminosa, praticados pelo paciente e diversos outros investigados.*" (fl. 17), circunstâncias que denotam a sua potencial periculosidade, a justificar a segregação cautelar como garantia da ordem pública.

Perfeitamente aplicável, no caso, o entendimento de que "[n]ão há ilegalidade na decisão que decreta a prisão preventiva com base em elementos concretos aptos a revelar a real necessidade de se fazer cessar ou diminuir a atuação de suposto integrante de organização criminosa para assegurar a ordem pública" (STF, RHC 144.284 AgR, Min. Relator EDSON FACHIN, Segunda Turma, DJe 27/08/2018).

Convém registrar, ainda, que a existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema,

Superior Tribunal de Justiça

como ocorre na hipótese em tela.

Em verdade, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nas quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora